

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 360.037 mil.

Patrimônio Líquido de R\$ 2.482.101 mil e Ativos Totais de R\$ 4.844.825 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	249.801	205.272	CIRCULANTE	402.515	263.316
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	1.130	1.893	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d).....	1.437	6.015
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a).....	238.851	163.369	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13e).....	62.415	25.330
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c).....	-	31.891	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10).....	338.663	231.971
Valores a Receber (Nota 8).....	9.820	8.119	NÃO CIRCULANTE	1.960.209	1.702.867
			Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b).....	170.760	130.283
NÃO CIRCULANTE	4.595.024	3.905.460	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 10).....	338.752	341.543
Realizável a Longo Prazo	235.249	135.523	Outras Obrigações (Nota 11).....	1.450.697	1.231.041
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	165.103	114.021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.482.101	2.144.549
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c).....	70.146	21.502	Capital Social (Nota 13a).....	1.740.000	1.700.000
Investimentos (Nota 9)	4.359.775	3.769.937	Reserva de Capital.....	96.770	179.251
			Reservas de Lucros (Nota 13d).....	2.017.488	1.730.881
TOTAL	4.844.825	4.110.732	Ações em Tesouraria (Nota 13f).....	(1.431.576)	(1.422.168)
			Outros Resultados Abrangentes.....	59.419	(43.415)
			TOTAL	4.844.825	4.110.732

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015		2016	2015
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	360.037	328.634	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	360.037	328.634
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	604.639	522.627	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....		
Resultado Financeiro (Nota 16).....	(215.999)	(164.068)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 14).....	(28.339)	(26.161)	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(604.639)	(522.627)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15).....	(264)	(3.764)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	217.650	172.026
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	360.037	328.634	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(26.952)	(21.967)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	-	-	(Aumento)/Redução em Ativos.....	(37.925)	(10.838)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	360.037	328.634	(Aumento)/Redução em Obrigações.....	27.349	9.334
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(37.528)	(23.471)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b).....			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 13b).....	1,16	1,06	Aquisição de Investimentos.....	(150.390)	(71.782)
			Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	163.369	111.000
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	12.979	39.218
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
			Contrato de Mútuo.....	46.200	415.000
			(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....	2.916	(159.703)
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(25.330)	(271.590)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	23.786	(16.293)
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)
			Início do Exercício.....	1.893	2.439
			Fim do Exercício.....	1.130	1.893
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015		2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	360.037	328.634	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	360.037	328.634
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	102.834	(62.694)	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....		
Resultado Abrangente do Exercício	462.871	265.940	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
			Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(604.639)	(522.627)
			Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	217.650	172.026
			Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(26.952)	(21.967)
			(Aumento)/Redução em Ativos.....	(37.925)	(10.838)
			(Aumento)/Redução em Obrigações.....	27.349	9.334
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(37.528)	(23.471)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
			Aquisição de Investimentos.....	(150.390)	(71.782)
			Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	163.369	111.000
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	12.979	39.218
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
			Contrato de Mútuo.....	46.200	415.000
			(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....	2.916	(159.703)
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(25.330)	(271.590)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	23.786	(16.293)
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)
			Início do Exercício.....	1.893	2.439
			Fim do Exercício.....	1.130	1.893
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais									
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais	
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	109.504	1.726.930	19.279	(1.392.750)	-	2.142.098	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	328.634	328.634	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(62.694)	-	(62.694)	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	(154.387)	-	-	-	265.940	
Aumento de Capital com Reservas.....	154.387	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(422.650)	-	(422.650)	
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	45.729	-	-	-	393.232	-	438.961	
Destinações: - Reservas.....	-	-	16.432	282.402	-	-	(298.834)	-	
- Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	(250.000)	-	-	(29.800)	(279.800)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.700.000	179.251	125.936	1.604.945	(43.415)	(1.422.168)	-	2.144.549	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	360.037	360.037	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	102.834	-	102.834	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	462.871	
Aumento de Capital com Reservas.....	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(368.968)	-	(368.968)	
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	(42.481)	-	-	-	359.560	-	317.079	
Destinações: - Reservas.....	-	-	18.002	268.605	-	-	(286.607)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	-	-	-	-	-	-	(73.430)	(73.430)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	2.482.101	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquelas Instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 7.

c) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas estão apresentados na Nota 9.

Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 13e.

h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

i) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

- a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016:
- No exercício de 2016, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.
- b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
 - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39, foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
 - IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018; e
 - IFRS 16 - Leasing - As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

5) INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE

Os valores da rubrica "Intangível", originalmente, apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para a rubrica "Investimentos", em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 18 Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para adequação da apresentação do ágio, oriundo da aquisição de investimentos.

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldo reclassificado
Ativo			

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9) INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 604.639 (2015 - R\$ 522.627); e
b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
						2016	2015	2016	2015
						Em 31 de dezembro			
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1).....	7.666.200	16.687.488	2.374.583	160.087	26,07	4.350.549	3.760.711	604.639	522.627
Ágio - Nova Cidade (3)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						4.359.775	3.769.937	604.639	522.627

- (1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
(3) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 338.663 (2015 - R\$ 231.971) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 338.752 (2015 - R\$ 341.543), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2016, no montante de R\$ 1.450.697 (2015 - R\$ 1.231.041).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 165.103 (2015 - R\$ 114.021). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do período.....	130.283	102.393
Atualizações monetárias	13.128	6.424
Constituição.....	27.349	21.466
No final do período.....	170.760	130.283

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias.....	94.563.449	88.469.953
Preferenciais.....	116.828.108	120.312.424
Subtotal - ações em circulação.....	211.391.557	208.782.377
Em tesouraria (ordinárias).....	81.642.850	87.736.346
Em tesouraria (preferenciais).....	16.042.503	12.558.187
Total do Capital Social em ações.....	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 40.000, elevando-o de R\$ 1.700.000 para R\$ 1.740.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Lucro na venda de ações".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	360.037	328.634
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,16	1,06

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	360.037	(16,002)
Reserva legal.....	342.035	
Base de cálculo.....	73.430	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	(11.015)	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%.....	62.415	18,2
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016.....	25.330	8,1

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração			Diretoria	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Glüher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuço Cappi	José Alcides Munhoz Aurelio Conrado Boni		Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuço Cappi	
				Marcos Aparecido Galende Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 17 de abril de 2017

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	2
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI.....	8
MUNDIAL S.A PRODUTOS DE CONSUMO.....	11
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.....	4
TITANIUM HOLDINGS S.A.....	6

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 73
São Paulo, quarta-feira, 19 de abril de 2017

Página 3

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 360.037 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.482.101 mil e Ativos Totais de R\$ 4.844.825 mil.
Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2016	2015	2016	2015
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	249.801	205.272	CIRCULANTE	402.515
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	1.130	1.893	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	1.437
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	238.851	163.369	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 13a)	62.415
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	-	31.891	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10)	338.663
Valores a Receber (Nota 8)	9.820	8.119	NÃO CIRCULANTE	1.960.209
NÃO CIRCULANTE	4.595.024	3.905.460	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	170.760
Realizável a Longo Prazo	235.249	135.523	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 10)	338.752
Depósitos Judiciais (Nota 12b)	165.103	114.021	Outras Obrigações (Nota 11)	1.450.697
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	70.146	21.502	Capital Social (Nota 13a)	1.740.000
Investimentos (Nota 9)	4.359.775	3.769.937	Reserva de Capital	96.770
TOTAL	4.844.825	4.110.732	Reservas de Lucros (Nota 13d)	2.017.488
			Ações em Tesouraria (Nota 13f)	(1.431.576)
			Outros Resultados Abrangentes	59.419
			TOTAL	4.844.825

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015		Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	360.037	328.634	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	604.639	522.627	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	360.037	328.634
Resultado Financeiro (Nota 16)	(215.999)	(164.068)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 14)	(28.339)	(26.161)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(604.639)	(522.627)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(26.343)	(3.764)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	217.650	172.026
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	360.037	328.634	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(26.952)	(21.967)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	-	-	(Aumento/Redução) em Ativos	(37.925)	(10.838)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	360.037	328.634	Aumento/(Redução) em Obrigações	27.349	9.334
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 13b)	1,16	1,06	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(37.528)	(23.471)
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 13b)	1,16	1,06	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
			Aquisição de Investimentos	(150.390)	(71.782)
			Juros sobre o Capital Próprio	163.369	111.000
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	12.979	39.218
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
			Contrato de Mútuo	46.200	415.000
			(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	2.916	(159.703)
			Juros sobre o Capital Próprio	(25.330)	(271.590)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	23.786	(16.293)
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)
			Início do Exercício	1.893	2.439
			Fim do Exercício	1.130	1.893
			Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(763)	(546)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	360.037	328.634
Ajuste de Avaliação Patrimonial	102.834	(62.694)
Resultado Abrangente do Exercício	462.871	265.940

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Lucro na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.545.613	133.522	109.504	1.726.930	19.279	(1.392.750)	-	2.142.098
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	328.634	328.634
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(62.694)	(62.694)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	265.940
Aumento de Capital com Reservas	154.387	-	-	(154.387)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(422.650)	-	(422.650)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	45.729	-	-	-	393.232	-	438.961
Destinações - Reservas	-	-	16.432	282.402	-	-	(298.834)	-
- Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	(250.000)	-	-	(29.800)	(279.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.700.000	179.251	125.936	1.604.945	(43.415)	(1.422.168)	-	2.144.549
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	360.037	360.037
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	102.834	102.834
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	462.871
Aumento de Capital com Reservas	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(368.968)	-	(368.968)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	(42.481)	-	-	-	359.560	-	317.079
Destinações - Reservas	-	-	18.002	268.605	-	-	(286.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	-	(73.430)	(73.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	2.482.101

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detêm, direta ou indiretamente, parcelas do capital social dasquelas Instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas do encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e representam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas está apresentada na Nota 9.

e) Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de controvérsia é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.
g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 13e.

h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de ações temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 604.639 (2015 - R\$ 522.627); e
b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital Social	Patrimônio		Resultado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
		Líquido Ajustado	Ajustado				2016	2015	2016	2015
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1)	7.666.200	16.687.488	2.374.583	160.087	26,07	4.350.549	3.760.711	604.639	522.627	
Ágio - Nova Cidade (3)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-	
Total						4.359.775	3.769.937	604.639	522.627	

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
(3) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recuperação de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 338.663 (2015 - R\$ 231.971) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 338.752 (2015 - R\$ 341.543), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2018, no montante de R\$ 1.450.697 (2015 - R\$ 1.231.041).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Collins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida, e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 165.103 (2015 - R\$ 114.021). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do período	130.283	102.393
Atualizações monetárias	13.128	6.424
Constituição	27.349	21.466
No final do período	170.760	130.283

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.
j) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas no apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

k) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).
l) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os ativos estão demonstrados em normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016.
• No exercício de 2016, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.
b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39, foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
• IFRS 15 - Recitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
• IFRS 16 - Leasing - As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

5) INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE
Os valores da rubrica "Intangível", originalmente, apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para a rubrica "Investimentos", em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro e CPC 18 Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para adequação da apresentação do ágio, oriundo da aquisição de investimentos.

	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldo reclassificado
Ativo			
Não Circulante	3.905.460	-	3.905.460
Investimentos	3.760.711	9.226	3.769.937
Intangível	9.226	(9.226)	-

A reclassificação não afeta a demonstração do resultado e a demonstração dos fluxos de caixa.
6) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Bradesco e da Bradespar, e os quais tem seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A

continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização com aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital. O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	360.037	(18.002)
Reserva legal.....	342.035	73.430
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2).....	73.430	(11.015)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%.....	62.415	18,2
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016.....	25.330	8,1
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015.....		

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2016, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 81.642.850 (2015 - 87.736.346) ações ordinárias e 16.042.503 (2015 - 12.558.187) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.431.576 (2015 - R\$ 1.422.188). Em 2016, foram alienadas ações em tesouraria, no montante de R\$ 317.079 (2015 - R\$ 438.961), que gerou prejuízo de R\$ 42.481 (2015 - lucro de R\$ 45.729).

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
COFINS.....	22.528	15.022
PIS.....	4.826	3.238
IOF.....	990	7.901
Outros.....	-	3.498
Total.....	28.339	26.161

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços de terceiros.....	162	170
Editais e publicações.....	102	96
Outros.....	-	3.498
Total.....	264	3.764

16) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Variação monetária de contratos de mútuo.....	(172.254)	(101.758)
Variação monetária sobre recompra de ações.....	(67.441)	(80.600)
Rendimento de ativos financeiros.....	17.152	13.494
Outros.....	6.544	4.796
Total.....	(215.999)	(164.068)

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos										
Caixa/disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	2	5	2	5
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	238.851	163.369	-	-	-	-	238.851	163.369
Juros sobre capital próprio a pagar.....	20.015	8.596	-	-	42.400	16.734	-	-	62.415	25.330
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	677.415	573.514	-	-	677.415	573.514
Outros passivos (Nota 11).....	-	-	1.014.198	848.109	-	-	436.414	382.816	1.450.612	1.230.925
Exercícios findos em 31 de dezembro										
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivos										
Despesas com juros.....	-	-	(118.970)	(57.312)	(67.441)	(80.600)	(53.598)	(44.728)	(240.009)	(182.638)
Recitas/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	(23.547)	(10.113)	281.001	192.199	(49.883)	(19.687)	-	-	207.571	162.399

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
(2) Nova Cidade; e
(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	360.037	328.634
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente....	(122.413)	(111.736)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	205.577	177.693
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes.....	(95.540)	(65.348)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	24.966	10.132
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	(12.590)	(10.741)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	-	-

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 78.029 (2015 - R\$ 62.725).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 70.146 (2015 - R\$ 53.393), refere-se a imposto de renda do período atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.437 (2015 - R\$ 6.015), refere-se, basicamente, a imposto de renda retido na fonte, e sobre juros sobre o capital próprio (2015 - R\$ 4.470).

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e

c) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

Diretoria

Alexandre da Silva Glúner

José Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores

Lázaro de Mello Brandão

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de abril de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028667/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Saiba como identificar as melhores oportunidades de investimento!

O CONSULTOR FINANCEIRO

Marcelo d'Agosto

Com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, é especializado em administração de investimentos.

Acesse: valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro

Valor Investe

A opinião independente

Por Marcelo d'Agosto

O Consultor Financeiro

Cenário internacional afeta investimentos no Brasil

Disputa pela medalha de aplicação mais rentável do ano

Valor Econômico

Valor

Notícias que geram negócios